

ano 22 – n. 88 | abril/junho – 2022

Belo Horizonte | p. 1-272 | ISSN 1516-3210 | DOI: 10.21056/aec.v22i88

A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional

www.revistaaec.com

A&C

**Revista de Direito
ADMINISTRATIVO
& CONSTITUCIONAL**

**A&C – ADMINISTRATIVE &
CONSTITUTIONAL LAW REVIEW**

FORUM

Sumário

Contents

Editorial.....	9
Administrative Law and human dignity (on the post-pandemic reconstruction of Administrative Law) <i>Direito Administrativo e dignidade humana (sobre a reconstrução pós-pandemia do Direito Administrativo)</i>	
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	11
1 Introduction	12
2 Human dignity and Administrative Law	19
3 Final observations: an Administrative Law for human dignity	28
References	32
The World Health Organization and the challenge of sharing administrative powers <i>A Organização Mundial da Saúde e o desafio do compartilhamento de poderes administrativos</i>	
Donato Vese	35
1 Introduction	36
2 Organization and activity	37
3 Administrative powers.....	41
4 Conclusion.....	45
References	46
The differences between presidentialism and parliamentarism in perspective: the problem of majority support in Brazil <i>As diferenças entre presidencialismo e parlamentarismo em perspectiva: o problema do apoio majoritário no Brasil</i>	
Daniel Augusto Vila-Nova G., Henrique Smidt Simon	51
1 Introduction	52
2 Separation of Powers, types of government and constitutionalism	53
3 The Brazilian impeachment case (1988-2016).....	61
3.1 A brief comparison of the cases Collor (1992) and Rousseff (2015/2016)	63
3.2 Presidentialism and uses of impeachment as an “institution” under the Brazil’s Constitution of 1988	66
3.3 The precedents of Brazilian Supreme Court	69
4 Concluding remarks.....	71
References	72
As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de política pública <i>The needs and narratives: the Brazilian electronic voting system from a public policy perspective</i>	
Ana Cláudia Santano	75
1 Integridade eleitoral e sistema eletrônico de votação no Brasil	76
2 Esclarecimento sobre a terminologia que já foi utilizada ao longo do debate	79
3 Como chegamos onde chegamos? A polarização em torno do tema	81
4 Análise com base nas etapas de uma política pública.....	86
4.1 Etapa 1 – identificação e definição do problema	86

4.2	Etapa 2 – formulação da política pública	89
4.3	Etapa 3 – adoção da decisão de implantação do comprovante de voto físico	95
4.4	Etapa 4 – implementação da política pública	96
4.5	Etapa 5 – avaliação da política pública.....	97
5	Considerações finais	98
	Referências	98

Orçamento público da União como forma de efetivação do direito social à moradia adequada

Brazilian public budget as a way to effect the social right to adequate housing

Josué Mastrodi, Veronica Elisa Soares Barbosa	103
1 Introdução	104
2 As prioridades do direito social à moradia: a indicação no orçamento público a partir da LDO e do PPA	108
3 Fixação e autorização das despesas no orçamento público: a execução da despesa pública para a habitação	117
4 Infraestrutura urbana, transferência aos municípios e moradia digna: a execução no âmbito do portal da transparência para função habitação	118
4.1 Os restos a pagar pagos da habitação	124
5 Considerações finais	125
Referências	126

Comitês de Resolução de Disputas, processo civil e Constituição: aproximações principiológicas na Administração Pública

Dispute Boards, civil procedure and Constitution: principled approaches in Public Administration

Eduardo de Avelar Lamy, Felipe Cidral Sestrem	131
1 Introdução	132
2 <i>Dispute Boards</i> : aproximações iniciais	133
3 Processo civil e os <i>board procedures</i>	137
4 Processo civil e Constituição: horizontes de aplicação na Administração Pública ...	150
5 Considerações finais	155
Referências	156

O caminho do acordo: um ensaio sobre os desafios da procedimentalização adequada do agir consensual da Administração Pública

The path to the agreement: an essay on the challenges of adequate proceduralization of the consensual action of Public Administration

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho	159
1 Introdução	160
2 Acordo e princípio da legalidade	161
2.1 Realidade em foco – construção da norma a partir da lei e circunstâncias que influenciam na aptidão para a legislação produzir os efeitos a que se propõe	163
3 Consensualidade na Administração	166
3.1 Indivíduo no centro das preocupações dos gestores	167
3.2 Agir dialogado e contratualizado – vantagens e riscos	168
4 Controle da Administração: da lei ao processo	169
5 Conclusão	171
Referências	172

Improbidade administrativa e prescrição – apontamentos sobre a reforma legislativa

Administrative improbity and statute of limitation – notes on legislative reform

Edilson Pereira Nobre Junior	177
1 Considerações prévias (à guisa de introdução)	178
2 A nova disciplina da prescrição.....	179

3	Causas suspensivas, interruptivas e a prescrição intercorrente.....	182
4	A prescrição intercorrente	185
5	Uma hipótese de caducidade?	189
6	Direito intertemporal.....	192
7	Síntese conclusiva	198
	Referências	199

Smart cities e mudanças climáticas no Brasil: debates e tensões no âmbito da gestão urbana contemporânea

Smart cities and climate change in Brazil: debates and tensions in contemporary urban management

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, Lucas Campos Jereissati	201	
1	Introdução	202
2	As cidades na era das mudanças climáticas: oportunidades e desafios.....	203
3	Contextualizando as mudanças climáticas no urbano nacional: a preponderância da segregação socioambiental	209
4	<i>Smart cities</i> : o uso das TICs como fio condutor	213
5	<i>Smart cities</i> e mudanças climáticas no Brasil: debates e tensões.....	217
5.1	<i>Smart cities</i> no Brasil: uma moldura normativa	217
5.2	<i>Smart cities</i> : use com moderação	221
6	Considerações finais	226
	Referências	227

Tecnologia assistiva e direito à educação de crianças com deficiência: críticas e desafios da mediação educacional *on-line*

Assistive technology and the right to education of children with disabilities: criticism and challenges of online educational mediation

Joyceane Bezerra de Menezes, Luana Adriano Araújo	233	
1	Introdução	234
2	Definição de “tecnologia assistiva” a partir da CDPD e da LBI: acessibilidade, desenho universal e ajustes razoáveis	236
2.1	Tecnologia assistiva na CDPD: a ausência de assistência como barreira	239
2.2	Tecnologia assistiva na LBI: avanços conceituais e desdobramentos regulamentares.....	242
3	Educação inclusiva e participação <i>on-line</i> : premissas e desafios.....	246
3.1	Características convencionais do direito à educação inclusiva e as tecnologias assistivas <i>on-line</i>	247
3.2	Desafios para a mediação na participação <i>on-line</i> de crianças com deficiência.....	252
3.2.1	Progressividade e realização imediata: a mediação <i>on-line</i> como custo de direito..	252
3.2.2	Não discriminação: a mediação <i>on-line</i> como possível via de segregação	254
3.2.3	Falta de consulta às pessoas com deficiência no desenvolvimento e no uso personalizado de produtos e serviços	257
4	Conclusão	259
	Referências	260

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	263
Condições para submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	269
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	269
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	270
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	270